



Partido dos Trabalhadores no
Distrito Federal

PT/DF

Proposta do PT para o
DF na crise da pandemia

**CUIDAR DAS
PESSOAS,
PROTEGER
O EMPREGO
E RETOMAR
A ATIVIDADE
ECONÔMICA**



1.

A pandemia no mundo, no Brasil e no DF

A COVID-19, pior pandemia desde a gripe espanhola de 1918/19, já infectou mais de 13 milhões de pessoas e matou quase 600 mil em todo o mundo. A taxa de contaminação e a letalidade do vírus varia de acordo com as estratégias de combate adotadas por cada país. Diversos países foram bem-sucedidos na superação da doença.

Um dos aspectos centrais no enfrentamento da COVID-19 é a capacidade dos Sistemas de Saúde dar conta de prover cuidados complexos a pacientes que evoluem para quadros mais graves da doença. Estima-se que cerca de 20% das pessoas com COVID-19 requerem cuidados em serviços de saúde, cerca de $\frac{3}{4}$ delas, demandando cuidados hospitalares e, dentre essas, 30% demandando cuidados intensivos.

No Brasil enfrentamos a pandemia concomitantemente com o desmanche de políticas públicas como o Sistema Único de Saúde (SUS), ao lado do enfraquecimento de outras políticas que dão sustentabilidade ao mesmo, colocando em risco a saúde e a vida dos brasileiros.

Apesar disso, mesmo em face desta destruição pelo governo federal, somente o SUS- universal e integral- com sua estrutura e seus trabalhadores é capaz de responder à esta emergência sanitária.

A política negacionista do governo usa a subnotificação (por ele estimulada), a propaganda de medicações sem eficácia, a escandalosa subtestagem e o atraso nos registros como estratégia para confundir a opinião pública.

A negligência de Bolsonaro elevou até o momento o número de infectados de 2 milhões e 200 mil infectados e mais de 81 mil mortes, disputando a triste liderança mundial com os Estados Unidos de Trump.

No Distrito Federal, os erros do governo Ibaneis vêm se acentuando. Nesta quarta-feira (21/07), o DF aproxima de mais de 86 mil infectados e mais de 1.100 mortes, se o DF fosse

um país, seria superado apenas pelo Catar, ficando à frente de 214 países - superando mil mortes.

Em menos de dois meses, desde 18 de maio, quando parte do comércio começou a reabrir, o número de infectados aumentou em 1.800% e o de mortos em 1.500%.

Ibaneis, assim como Bolsonaro, trabalha na perspectiva de enfraquecer e privatizar o SUS. Uma de suas primeiras medidas, logo após a posse, foi tentar redesenhar o SUS na capital, de maneira que as Organizações Sociais e outros modelos de Gestão privadas pudessem substituir a administração atual do Sistema Público de Saúde. Foi assim que ocorreu a insistente transferência de responsabilidade para o IGESDF que assume o Hospital de Base de Brasília e Santa Maria, UPAS, com tendência para ampliação em outros hospitais da rede.

Situação caótica que fragiliza a gestão da saúde no enfrentamento da COVID 19, explicitada pela falta de EPIs, de testes, de trabalhadores da saúde, de medicamentos, de vagas em UTIs, dentre outros.

Como agravante desta situação, em apenas 18 meses de governo, o GDF conta com o terceiro secretário de saúde, sem mencionar as mudanças no segundo escalão da pasta.

A comprovação da má gestão na saúde fica mais clara neste momento em que se acentua a curva de contaminação (e de óbitos) e a taxa de ocupação de leitos de UTI supera 80%.

Para agravar, o governador Ibaneis Rocha libera a abertura de academias, bares, restaurantes e inclusive a volta às aulas que aumenta o risco para seus 3,05 milhões de habitantes com o atenuador de não haver por parte do governo qualquer fiscalização no uso de máscaras e controle do comércio.

Critérios básicos como os abaixo relacionados pela OMS e que devem ser cumpridos antes de começar a afrouxar gradualmente as

medidas de isolamento social não estão sendo considerados:

1. Transmissão do vírus controlada;
2. Sistema de saúde com capacidade de detectar, testar, isolar e tratar todas as pessoas com coronavírus e seus contatos mais próximos;
3. Controle de surtos em locais como instalações hospitalares;
4. Medidas preventivas de controle em ambientes de trabalho, escolas e outros lugares onde as pessoas precisam ir;
5. Manejo adequado de possíveis novos casos importados;
6. Comunidade informada e engajada com as medidas de higiene e as novas normas de segurança sanitária.

Portanto, pelo que vemos, é necessário analisar diferentes dimensões para a tomada correta de decisão.

Neste sentido, pelos dados e situações apresentadas, fica claro que não é o momento para adoção de medidas que busquem afrouxar o isolamento social.

Entendemos que consolidar o SUS no Brasil e no DF é fundamental para fortalecer a rede de proteção social e assistência social. Neste sentido, não é possível que o Governo atual continue a fragilizar a saúde pública com medidas de privatização do SUS, assim como se faz necessária a revogação imediata da EC 95 que congelou os investimentos na saúde por 20 anos.

No DF, é necessário aumentar os investimentos na saúde, garantir uma gestão pública e de qualidade, com transparência e com participação social, valorizar os trabalhadores da saúde garantindo condições dignas de trabalho, ampliar as Unidades Básicas de Saúde, UPAS e a rede de especialidades nas áreas de maior vulnerabilidade populacional, bem como, aumentar as Equipes de Saúde da Família e Equipes de Saúde Bucal fortalecen-

do a Atenção Primária em Saúde.

Somente com um SUS fortalecido será possível hoje e no futuro vencer pandemias em um espaço de tempo menor, evitando a morte de milhares de brasileiros e garantindo o direito constitucional de Saúde como Direito de todos.

2. O impacto da pandemia na economia mundial e nacional

As consequências da disseminação do COVID-19 por todos os países do planeta estão sendo devastadoras para a economia mundial, com potencial, inclusive, para superar a grande crise de 1929.

Na União Europeia, o Banco Central Europeu (BCE) projeta uma queda no PIB de -7,3% em 2020, com alguns países, como Itália e Espanha, devendo registrar crescimento negativo de -9%. Nos EUA, 36 milhões de norte-americanos estão desempregados.

No Brasil, atualmente, diante da política neoliberal que vem sendo implementada e da negligência do governo federal em adotar medidas efetivas para salvar as empresas, o impacto da crise deverá ser maior que na maioria dos países.

Enquanto o governo federal es-

tima uma queda do PIB em 2020 da ordem de -4,7% e o mercado projeta queda de -6,25%, a OCDE estima a queda entre -7,4% e -9,1%, o Banco Mundial em -8,0% e o FMI em -9,1%. Caso a pandemia se prolongue por mais alguns meses, conforme previsto, não será surpreendente que cheguemos ao final do ano com queda próxima a -10,0%.

Pela ótica da oferta, o único setor que deve se salvar, inclusive crescer, é o agropecuário, mas seu peso no PIB é pequeno, incapaz de neutralizar a gigantesca retração na indústria (-18% em abril) e nos serviços.

Pela ótica da demanda, é esperada uma enorme redução no consumo das famílias, que representa mais de 60% do PIB.

Já pela ótica da renda, é inevitável a forte retração no rendimento dos trabalhadores, formais e informais, assim como nos lucros das empresas, aluguéis e impostos.

Diante da inércia governamental, desponta uma avassaladora quebra-deira de empresas (notadamente as micro e pequenas, principais geradoras de empregos), tendo como consequência imediata o forte aumento do desemprego que deverá saltar dos atuais 18 milhões de desempregados, incluindo os desalentados, para mais de 25 milhões até o final do ano. Um recorde dramático! Como efeito colateral, é de se esperar um aumento exponencial nos índices de pobreza, miséria e fome no país.

3.

0 impacto na economia do DF

No DF a COVID-19 vem avançando de forma preocupante. Neste cenário de progressão da pandemia, o GDF permite a reabertura de diversos segmentos da atividade econômica e aventa a possibilidade de reabrir outros.

O PT/DF entende que, para a adoção de qualquer decisão sobre o retorno das atividades produtivas, deve-se ouvir não apenas os representantes empresariais, mas, sobretudo, os representantes dos trabalhadores, pois estes são os mais potencialmente vulneráveis à contaminação.

Além disso, é necessário garantir que as solicitações dos diferentes setores empresariais estejam alinhadas em Planos de Contingências que considerem os critérios e os protocolos de segurança definidos pela OMS e pelas autoridades sanitárias nos diferentes níveis. Não podem apenas ser expressão de vontade dos segmentos econômicos para reativação de suas atividades.

É certo que as consequências da COVID-19 na economia deverão ser contundentes, embora com características distintas de outras unidades federativas em face às características peculiares de nossa estrutura econômica.

Considerando a composição do PIB local, sua retração ocorrerá de forma diferenciada em relação ao resto do país, pois o setor público responde por cerca de 50% de nosso PIB.

De outro lado, a indústria de transformação, bastante abalada em todo o país, por ter no DF peso reduzido (3% do PIB), deverá ter pouco impacto no cenário econômico.

Impactos maiores terão o setor de serviços privados (45% do PIB) e a construção civil (5%) fortemente afetados pela paralização das atividades produtivas.

A economia local caracteriza-se pela quase inexistência de grandes empresas, predominando as empresas de médio porte e, em proporção ainda maior, as

micro e pequenas empresas.

Este fato associado ao alto grau de informalidade nas relações de trabalho deverá ter impacto devastador nos níveis de desemprego que já excedeu 330 mil em abril último. É possível que o DF feche o ano com algo próximo a 400 mil desempregados (mais de 25% da População Economicamente Ativa) e, se considerada a Região Metropolitana, este contingente aproximará dos 650 mil desempregados.

Quanto ao impacto na renda, este tende a ser contundente. Desde 2015, havia sido retomado o aumento na distância entre os extremos dos extratos de renda no DF (que estava em queda desde 2004) e isso tende a se acentuar neste período pela expressiva redução no rendimento das famílias mais pobres, concentradas no mercado de trabalho informal (assalariados sem carteira, domésticas, autônomos, etc.). Dessa forma, a tendência é que a concentração de renda aumente ainda mais em Brasília, ela que já ostenta o mais elevado índice de Gini para este indicador no Brasil.

Por fim, qualquer política pública que vier a ser implementada no Distrito Federal deve levar em conta os impactos em nossa Região Metropolitana, pois a perda de empregos no DF influencia fortemente os 12 municípios do chamado 'Entorno Metropolitano' (nesses municípios, cerca de 50% de sua População Ocupada trabalha no DF), e reflete também nos níveis de arrecadação municipal, que vão resultar em ampliação na busca por serviços públicos do DF por parte da população desta região.

4.

0 impacto nas Finanças Públicas do DF

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2021 não reflete a situação vivida atualmente pelo Distrito Federal, visto ter sido elaborada antes do surto da Covid-19.

Nas metas fiscais há uma previsão de receitas correntes e capital de R\$ 26,1 bilhões, não estando incluso neste valor o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF).

O crescimento da receita vinha sendo uma constante no Distrito Federal, especialmente no período 2007 a 2010, e que se manteve ainda elevado até 2013. Com a crise iniciada no fim de 2013, ocorreu uma forte desaceleração no aumento da arrecadação do GDF, culminando, no governo Rollemberg, pela primeira vez, registro de queda no orçamento do FCDF.

Quanto aos investimentos do GDF, era recorrente até 2014 ultrapassar a casa dos R\$ 2 bilhões. No governo Rollemberg houve forte retração nos investimentos, sendo que nas áreas de saúde e educação, a queda ultrapassou 60%. Em 2019 havia uma previsão de investimentos de R\$ 2,2 bilhões, mas só foram executados R\$ 873 milhões.

Em suma, considerando que o orçamento local é menos dependente de receitas vinculadas a atividades produtivas e as receitas patrimoniais tem peso relativo maior que em outras unidades federativas, o impacto na receita deverá ser menor que na maioria das UFs, inclusive porque o Fundo Constitucional (FCDF) em 2020 não sofrerá o impacto da pandemia, situação que refletirá em 2021, na medida que refletirá a receita federal de IPI e IR entre agosto de 2019 e julho de 2020 que estão sendo firmemente afetados pela crise.

5.

Situação atual do Sistema de Proteção Social e a Assistência Social no DF

A Assistência Social, política pública de Seguridade Social, não contributiva, tem sua gestão organizada por meio de um sistema descentralizado e participativo denominado Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

No SUAS a proteção da Assistência Social se expressa em duas garantias que são integradas e complementares:

a) a provisão material por meio de benefícios (continuados – a exemplo do Benefício de Prestação Continuada/BPC; eventuais – para atendimento a contingências; e de transferência de renda - a exemplo do Bolsa Família) para afiançar a segurança de sobrevivência em padrões de dignidade humana;

b) a provisão de serviços que afiançam as seguranças de acolhimento (proteção nos momentos de ausência de relações); de autonomia (capacidade de decisão e

participação social); e de convivência (produção de relações que protegem pessoas).

Desde sua instituição em 1988, o SUAS passou por uma densa e republicana construção regulatória consolidando a Assistência Social como direito do cidadão e dever do estado. O processo de implantação atingiu a quase totalidade dos municípios brasileiros, garantindo um modelo de responsabilidades dos entes federados no tocante ao financiamento, instalação de instâncias de controle social (Conselhos de Assistência Social), e implantação dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), para a oferta de serviços, programas, projetos e benefícios.

É crescente o número de indivíduos e famílias que buscam o atendimento desta política pública, com 28,6 milhões de famílias cadastradas no CadÚnico, aquelas com renda mensal de até meio salário por pessoa, com cerca de metade dessas tendo acesso ao Programa Bolsa Família (PBF).

Após intensa mobilização da sociedade civil e dos partidos de oposição foi criado o Auxílio emergencial no valor de R\$ 600,00. É preciso enfatizar que o Auxílio Emergencial trata-se de benefício eventual, não estando vinculado ao SUAS.

No Distrito Federal, a consolidação do SUAS aconteceu de forma efetiva na gestão do PT (2011/2014), quando foi devidamente regulado e reordenado de acordo com os princípios e diretrizes da LOAS, sendo a primeira unidade da federação a instituir os benefícios eventuais por meio de lei (Lei 5.165/2013).

Registre-se, ainda, que neste período foi também instituído o Programa DF sem Miséria que garantiu a complementação dos valores do Bolsa Família à população em situação de extrema pobreza.

Na atual gestão governamental do DF, o desmonte do SUAS encontrou solo fértil, com reflexos perversos para a população em situação de vulnerabilidade.

A Secretaria de Desenvolvimento Social - SEDES, responsável pelo comando único da gestão do SUAS, tem, atualmente, como Secretária a “primeira dama” do DF, o que desqualifica o princípio constitucional de política de Estado, caracterizando-a de modo fortemente clientelista.

O baixo investimento, insuficiente quadro de servidores (apenas 601 trabalhadores nas 62 unidades, sendo 27 CRAS, 11 CREAS, 2 Centros Pop, 17 Centros de Convivência e 5 unidades de acolhimento), a não regularidade e urgência na concessão de benefícios eventuais e cestas básicas, a inexistência de unidades sócio assistenciais nas áreas de concentração de pobreza, agravam a situação e inviabilizam o acesso a direitos dos usuários da Assistência Social.

Ademais, estão sendo “criados” novos programas e benefícios, sob a alegação de que atenderão emergencialmente a população, desconsiderando a existência de legislação que já estabelece um grande e suficiente número dos mesmos (Lei 5.165/13).

O formato operacional tem se dado de forma similar ao auxílio emergencial do governo federal, sendo aqui operado pelo BRB.

Segundo dados da SEDES, extraídos do espelho do CadÚnico e folha de pagamento do PBF e DF sem Miséria, existem, no DF, 167.759 famílias cadastradas, sendo que 84.019 famílias recebem Bolsa Família (valor médio de R\$183,87), e destas, 61.617 famílias recebem, complementarmente, o DF sem Miséria (valor médio de R\$139,21).

Torna-se urgente uma ação política incisiva, no sentido de cobrar do GDF providências imediatas que viabilizem o atendimento

crescente das situações de violação de direitos a que estão submetidas as famílias em situação de pobreza do DF.

Também é importante destacar que o sistema de transporte público deve merecer uma atenção especial do GDF para o momento pós pandemia buscando evitar o aumento nos riscos de contágios.

Será necessária a adoção de medidas de redução de passageiros por ônibus sem prejuízo para a oferta de viagens.

PROPOSTAS DO PT PARA PROTEGER EMPREGOS E GARANTIR PROTEÇÃO SOCIAL E SAÚDE NO ATUAL MOMENTO DE PANDEMIA NO DF

Nada é mais importante do
que a vida!

**A economia deve
estar submetida
a esta visão.**

O PT compreende que é necessário que o Governo do Distrito Federal adote políticas emergenciais para garantir a proteção social aos mais necessitados e proteger as empresas e os empregos, de forma a criar as melhores condições para a retomada da atividade econômica nas nossas cidades após a superação da pandemia do covid-19.

Cabe ao GOVERNO no atual momento em que a pandemia ainda produz muita dor, muita tristeza e muitas inseguranças para a população, adotar medidas de proteção à vida e de garantia de atendimento adequado na rede hospitalar para os que forem atingidos pela doença.

O PT tem clareza de que a economia do Distrito Federal não está isolada da situação econômica do Brasil e do mundo. Aqui, além das consequências catastróficas causadas pela pandemia com o aumento do desemprego, ampliação das diferenças sociais e o aprofundamento do grau de incertezas sobre as famílias, ainda temos de conviver com as ameaças do atual governador de privatizar as nossas empresas estatais, o que pode provocar mais desemprego e mais custos para a população.

Na iniciativa privada, sabemos que muitas empresas, especialmente as micros e pequenas, correm o risco de terem de fechar as portas e colocar mais gente na situação de desemprego e de falta de renda. Portanto, é fundamental que o Governo Federal garanta as condições econômicas para a proteção social das famílias e para investimentos que possibilitem a retomada do crescimento econômico no Brasil, especialmente com a melhoria das condições de vida das populações de menor renda.

O PT, sem abdicar da reflexão e proposição de questões de médio e longo prazos, como a estratégia a ser adotada para o crescimento econômico do DF e Região e a estratégia a ser adotada para a superação da pobreza e da desigualdade social no DF, apresenta algumas medidas emergenciais para a proteção social, a geração de empregos e a retomada da economia no Distrito Federal.

1.

PROTEÇÃO SOCIAL E SAÚDE

O PT entende que o GDF deve:

1- Garantir a manutenção do Auxílio Emergencial de R\$ 408,00 para todas as famílias até o mês de dezembro;

2- Reabrir imediatamente o cadastramento de famílias para o recebimento do Auxílio Emergencial;

3- Incluir no pagamento deste Auxílio Emergencial a complementação até o valor de R\$ 408,00 para as famílias que recebem o Bolsa Família;

4- Garantir a oferta célere de benefícios sócio assistenciais e de cestas básicas;

5- Providenciar a imediata contratação dos concursados para a carreira pública de assistência social para assegurar as condições adequadas de atendimento da população necessitada;

6- Garantir gestão pública plena no SUS DF, realizar concurso público e contratar trabalhadores de saúde preenchendo o déficit de profissionais existentes na rede, em especial das equipes da atenção primária;

7- Garantir EPs, medicamentos e testes para trabalhadores e população em larga escala;

8- Aumentar as vagas de UTIs garantindo atendimento a todos

que tiverem o quadro da COVID 19 agravado;

9- Aumentar a rede de referência para especialidades de saúde;

10- Implantação de CRAS e CREAS nas áreas mais vulneráveis do DF, incluindo a área rural;

11- Imediata oferta de acolhimento à população em situação de rua;

12- Identificação de situações de violência e violação de direitos nos territórios, com a imediata inserção dos indivíduos e famílias aos serviços e benefícios do SUAS;

13- Suspensão imediata das derrubadas de moradias em áreas não regularizadas, especialmente no período da pandemia, de modo a resguardar a vida das pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social.

2.

SALVAR E RECUPERAR AS EMPRESAS E PROTEGER OS EMPREGOS

O PT entende que é fundamental adotar medidas para proteger, recuperar e salvar as empresas do Distrito Federal, especialmente as micro e pequenas.

Para isso o GDF deve:

1- Criar um Plano de Isenção ou Adiamento dos recolhimentos dos impostos locais como ICMS, ISS, IPTU e IPVA para as micro e pequenas empresas, possibilitando que os impostos que vencerem entre março e dezembro possam ser - conforme os casos - isentos ou parcelados para serem pagos a partir de janeiro de 2021.

2- Reformular no BRB as linhas de crédito destinadas fundamentalmente ao socorro e atendimento emergencial às empresas do DF com condições que sejam de fato compatíveis com o período de crise econômica gerada pela crise sanitária.

3- Criar no BRB um Fundo de Aval para assegurar que as micro e pequenas empresas possam ter acesso ao crédito tendo em vista a impossibilidade de oferecer as garantias exigidas.

4- O GDF deve ser um intermediário para que os bancos públicos federais também criem linhas de crédito especialmente para o setor produtivo do Distrito Federal.

3.

GERAÇÃO DE EMPREGO E RETOMADA DA ECONOMIA

O PT entende que, imediatamente após o surto da pandemia, o GDF deve executar um PROGRAMA EMERGENCIAL DE OBRAS PÚBLICAS, buscando mobilizar por volta de 50.000 trabalhadores em obras de infraestrutura urbana e em frentes de trabalho direcionadas para a melhoria da vida das pessoas e para a preservação ambiental.

Dentre as obras e ações que podem ser abrangidas por este PROGRAMA EMERGENCIAL, citamos:

1- Retomada imediata do Programa Morar Bem para construção de novas moradias como o Parque das Benções, entre o Recanto das Emas e Samambaia, onde podem ser construídas 24 mil habitações.

2- Aceleração das obras dos Projetos Habitacionais Parque dos Ipês em São Sebastião e Itapoã Parque na cidade do Itapoã.

3- Aceleração das construções dos equipamentos públicos – UBS, UPAs, creches, escolas, delegacias etc - nos projetos habitacionais já instalados como Paranoá Parque, Parque do Riacho e Jardins Mangueiral.

4- Reforma de escolas nas cidades.

5- Construção de Unidades Básicas de Saúde, UPAs, creches e escolas nas cidades com carência destes

equipamentos públicos.

6- Criação de Frentes de Trabalho para limpeza das cidades com retirada de lixo, recuperação de áreas degradadas, etc...

7- Criação de Frentes de Trabalho para implantação de novos Parques Vivenciais e Ecológicos e para recuperação dos parques já implantados.

8- Aceleração das obras públicas já licitadas e também das obras já iniciadas, com contratação de trabalhadores para ampliação de turnos.

9- Criação de Frentes de Trabalho para implantação de serviços básicos de saneamento.

10- Criação de Forças Tarefas para avançar na regularização fundiária e escrituração das residências em diversas cidades do DF.

11- Ampliação de equipes para combate à epidemia de dengue (visitadores...).

4.

GARANTIR A MANUTENÇÃO DAS EMPRESAS PÚBLICAS DO DF

O PT entende que as empresas públicas do Distrito Federal devem ser preservadas e que devem ser cancelados quaisquer projetos de privatização.

Da mesma forma, o PT entende que o mais importante para este momento é garantir os serviços públicos com a boa qualidade que já são prestados por CEB, CAESB e BRB e que quaisquer mudanças nestas empresas devem ser feitas no sentido de modernizá-las e mantê-las sob o controle do GDF.

O PT também entende que o processo de privatização da Saúde Pública deve ser imediatamente suspenso e que o governo deve fazer fortes investimentos na construção e aprimoramentos tecnológicos das Unidades Básicas de Saúde, Hospitais, UPAs, rede de referência em especialidades, etc.

5.

EDUCAÇÃO

Sobre a volta das aulas presenciais o PT reafirma a sua inconformidade com a decisão de obrigar os trabalhadores da educação e os alunos a retornarem às aulas presenciais sem que a pandemia esteja controlada.

Mais uma vez, o PT exige que o GDF respeite as orientações científicas e só decida pela volta às aulas presenciais após o controle total do processo de transmissão do covid19 e que isso só seja feito após um entendimento com as entidades sindicais que representam os trabalhadores da educação e as associações de pais e alunos.

Além disso, o PT repudia com veemência a intenção do governo de privatizar o serviço de merenda nas escolas públicas e lutará com todos os meios pela não concretização desta sandice administrativa.

6.

CULTURA

O PT entende que o GDF deve dedicar atenção especial para encaminhar soluções para os graves problemas econômicos que o setor cultural vive atualmente, visto que tem uma ampla cadeia produtiva, com uma grande parcela de trabalhadoras e trabalhadores informais.

Em meio a pandemia o setor cultural tem sido duramente castigado, visto que foi o primeiro a ter suas atividades paralisadas e possivelmente os últimos que voltarão.

Neste sentido, o GDF deve viabilizar imediatamente o pagamento do auxílio previsto na Lei Aldir Blanc, atualizar o pagamento de todos os valores dos editais finalizados do FAC, bem como trabalhar na perspectiva de lançar mais editais com o caráter de emergência que o momento requer.

Além disso. O GDF deve dialogar sobre a implementação urgente de políticas de proteção da renda destes trabalhadores, assim como garantir o auxílio para a manutenção dos espaços e coletivos culturais que estão em grande risco de fecharem definitivamente.

Brasília/DF, dia 22 de julho de 2020.

COMISSÃO EXECUTIVA REGIONAL – PT/DF

**OBSERVATÓRIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO
DISTRITO FEDERAL – PT/DF**



Setor Comercial Sul | Quadra 01 | Edifício Central | Salas 602 a 608, Brasília-DF
Fones: (61) 3225-5103 / 3225-0021 / 3225-0092 / 3223-5481
E-mail: financptdf@brturbo.com.br / sace.oeste@pt.org.br



RAÍZES, FORÇA E ESPERANÇA